



Conselho Estadual de Meio Ambiente

ATA DA 64ª RO - REUNIÃO ORDINÁRIA - CONSEMA

São Luís, MA, 12 de abril de 2024

1. Aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 13h, foi aberta a 64ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – CONSEMA que ocorreu de forma híbrida, no auditório da Defensoria Pública do Maranhão e através do link: <https://meet.google.com/eoc-krve-jor>.
2. A Secretária Executiva **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, fez a primeira verificação de quórum, constando quantidade insuficiente para abertura da reunião. Informou que seriam aguardados 30 minutos regimentais para uma nova conferência. Após 30 minutos, fez a segunda conferência de quórum, que constou quantidade suficiente para dar início a reunião;
3. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros do CONSEMA:
 - I. **ANDRÉA ARAÚJO DO CARMO** – representante da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, titular;
 - II. **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO** - representante da Secretaria de Estado de meio Ambiente e Recursos Naturais- SEMA, Suplente;
 - III. **CASSIANO RICARDO CORDEIRO BASTOS** - representante da Associação dos Produtores de Soja do Meio Norte, suplente;
 - IV. **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA** - representante da Associação dos Apicultores e Fruticultores de Governador Nunes Freire - FRUTAMEL, suplente;
 - V. **DANILO PORTELA CARVALHO** – representante da Secretaria de Estado e Infraestrutura - SINFRA, suplente;
 - VI. **FRANCISCO BEOLANDIO DOS SANTOS SILVA** – representante da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão - PGE, titular;
 - VII. **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA** – representante do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos e Cidadania, titular;
 - VIII. **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** – representante do Instituto Nacional de Políticas Públicas - INPP, suplente;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

- IX. **GEORGE LUCAS RIBEIRO DOS REIS MAIA** – representante da SERRACAL Corretivos Agrícolas LTDA, titular;
- X. **JAIME GARCIA SIQUEIRA JUNIOR** – representante do Centro de Trabalho Indigenista-CTI, titular;
- XI. **JÉSSICA PIRES FERNANDES SILVA** – representante da BRK Ambiental, suplente;
- XII. **JONAS POLINO SANSÃO** - representante da Associação Wyty-Cati das Comunidades Indígenas Timbira do Maranhão e Tocantins, titular;
- XIII. **KARLA POLLYANA MACIEL** – representante da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A, suplente;
- XIV. **LUCIANO SANTOS PINHEIRO** – representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, titular;
- XV. **LUIZ HENRIQUE FONTENELLE GRAÇA** – representante do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Luís – SINDIMETAL, titular;
- XVI. **LUZENICE MACEDO MARTINS** - representante da Assembleia Legislativa do Maranhão – ALEMA, suplente;
- XVII. **MARIA ELIANA ALVES LIMA** – representante da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, suplente;
- XVIII. **MORGANA MEIRELLYZ QUEIROZ FERNANDES** – representante da Associação Justiça dos Trilhos, titular;
- XIX. **RAFAELA MARIA SERRA DE BRITO** - representante da AIR SEMEAR Consultancy Eireli, suplente;
- XX. **RAMON LUIS SOUSA DINIZ** – representante da Secretária de Estado da Saúde – SES, titular;
- XXI. **REINALDO PEREIRA DA SILVA** - representante do Instituto Ecológico Martim Pescador – IEMP, suplente;
- XXII. **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES** - representante da Sociedade Maranhense de Defesa a Moradia Digna, suplente;
- XXIII. **SAMAYCON GONÇALVES DA SILVA** – representante da Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte – FAPCEN, suplente;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

- XXIV. **SUELY GONÇALVES DA CONCEIÇÃO** – representante da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA, suplente;
- XXV. **THAISA CRISTINA MIRANDA MARTINS** – representante da Secretaria de Estado e Infraestrutura-SINFRA, titular;
- XXVI. **VICTOR SWAMI CANAVIEIRA LOBO COSTA** – representante da Secretária de Estado da Saúde –SES, suplente;
- XXVII. **VITOR HUGO SOUZA MORAES** – representante da Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, titular;

4. Lista de Participantes:

- I. **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS** – Gestora do FEMA/SEMA;
- II. **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES** – SGR/SEMA;
- III. **LAIANA LINHARES** – SGR/SEMA;
- IV. **OLIMPIO SILVA** – FISCALIZAÇÃO/SEMA;
- V. **PEDRO FERNANDES** – SEMA/SLA;
- VI. **SCARLETH KAROLYNE VIEIRA LEITÃO** – SRF/SEMA;
- VII. **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA** – Secretária Executiva do CONSEMA.

5. Justificaram ausência:

- I. **DANIEL HOLANDA SANTOS**, Polícia Militar do Maranhão/BPA, suplente;
- II. **FELIPE CARVALHO BARBOSA COSTA**, FAMEM, titular;
- III. **FERNANDO BERGMANN**, SAGRIMA, suplente;
- IV. **JOSÉ RAMIRO ESTEVES RAMOS**, ENEVA S.A, titular
- V. **WALTER LUÍS MUEDAS YAURI**, UFMA, titular

6. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, abriu a reunião, deu boas-vindas aos Conselheiros. Iniciou com a aprovação das Atas da reunião anterior, 63ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Ata aprovada. Abriu espaço para que os Conselheiros pudessem se manifestar para pedidos de inserção de pauta, retirada de matéria ou requerimento de urgência. Não houve manifestações.

7. Com a palavra **CAMILLA DE SOUSA VIEGAS BARROS**, Gestora do FEMA, ela iniciou sua apresentação expondo o relatório circunstanciado do Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA) de 2023, destacando que este fundo representa um instrumento financeiro de grande importância para a promoção e implementação de políticas ambientais no estado do Maranhão. Instituído pela



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Lei Estadual Nº 5.405, de 1992, o FEMA tem como objetivo financiar planos, programas, projetos e atividades voltados para a utilização racional e sustentável dos recursos naturais, bem como contribuir para a fiscalização, controle e recuperação do meio ambiente. O relatório delineava um panorama das iniciativas e realizações do FEMA ao longo do ano de 2023, com destaque para os principais programas e projetos implementados, recursos financeiros alocados e indicadores de gestão atingidos. Por meio deste documento, é possível compreender o papel fundamental do FEMA na preservação e conservação do meio ambiente no Maranhão. Ela prosseguiu descrevendo a Administração e Gestão do FEMA, baseada no conselho gestor, conforme o Decreto Nº 22.383/2006. A composição atual do conselho está na Portaria nº 146/2023, que estabelece que o Conselho Gestor do Fundo Especial do Meio Ambiente (CONGEFEMA) tem uma Secretaria Executiva responsável por coordenar e executar as atividades administrativas e operacionais do Fundo. Na sequência, apresentou os Recursos Financeiros e a Execução Orçamentária, informando que o orçamento inicial era de R\$7.961.000,00 (sete milhões, novecentos e sessenta e um mil reais). No entanto, devido ao excesso de arrecadação, houve uma suplementação ao longo do ano, resultando numa arrecadação total de R\$ 13.824.612,10 (treze milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e doze reais e dez centavos), ultrapassando o teto orçamentário previamente estabelecido. Desse montante, R\$ 11.491.025,05 (onze milhões, quatrocentos e noventa e um mil, vinte e cinco reais e cinco centavos) foram transferidos para a conta do FEMA pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Quanto à Execução Orçamentária, foi apresentado que ela foi conduzida conforme o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, abrangendo três programas finalísticos e seis ações específicas. Os recursos orçamentários foram destinados a atividades de planejamento e gestão ambiental, promoção do uso racional dos recursos hídricos e implementação de iniciativas focadas no desenvolvimento sustentável. No tópico referente ao Programa de Planejamento e Gestão Ambiental, foram destacadas duas ações principais: a Ação 4588 - Gestão Ambiental Compartilhada e a Ação 4589 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente, ambas essenciais para a promoção e fortalecimento da gestão ambiental no estado. A seguir, foi discutido o Programa Maranhão Verde, ressaltando suas ações no planejamento e monitoramento dos recursos hídricos, bem como na educação ambiental. Além disso, foram mencionadas iniciativas para a gestão dos recursos florestais e pagamentos por serviços ambientais. No tópico de Projetos e Iniciativas Ambientais, foram destacados dois projetos principais: o Projeto



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Maranhão Sem Queimadas e o Projeto “Recicla, Siô”. Em seguida, discutiu os Indicadores de Gestão e posteriormente os Desafios e Perspectivas, onde apresentou os desafios enfrentados e as perspectivas futuras para o desenvolvimento sustentável. Ressaltou o compromisso do FEMA com a promoção de políticas ambientais sustentáveis, apoiando ações de conservação dos recursos naturais. A Gestora encerrou sua fala com considerações finais, reforçando a importância do FEMA para a implementação de políticas ambientais no estado do Maranhão, destacando que o fundo alcançou resultados notáveis em 2023, ultrapassando metas e promovendo a conscientização ambiental em vários setores da sociedade. Ele finalizou destacando o compromisso contínuo do FEMA em promover o uso racional e sustentável dos recursos naturais, buscando melhorar suas ações e reforçar os mecanismos de participação popular e controle social, mantendo-se firme em sua missão. Por fim, agradeceu a todos pela atenção.

8. Com a palavra o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, que explicou que a apresentação da Gestora foi apenas um resumo do relatório circunstanciado, que a apresentação das ações foi dividida em quatro partes, cada uma dedicada a uma área de atuação específica, que seriam apresentadas pela Superintendências presentes. Sugeriu que fossem feitas primeiro as apresentações das ações para depois colocar para deliberação o Relatório do FEMA, o que foi acatado por todos. Passou então a palavra para a Superintendente de Gestão de Resíduos da SEMA, senhora LAIANA LINHARES, para a primeira apresentação.
9. Com a palavra **LAIANA LINHARES**, Superintendente de Gestão de Resíduos, iniciou detalhando as atividades realizadas em 2023 da Superintendência. Entre os principais destaques, mencionou ações de capacitação, decretos emitidos, análise de 14 planos de gerenciamento de resíduos de empresas, revisão de 10 planos de logística reversa de entidades e a emissão de 6 DLAs para cooperativas de catadores. Além disso, 7 cooperativas de catadores foram beneficiadas pelo projeto “Recicla Siô”. Em termos de fiscalização, foram emitidos autos de infração e notificações que totalizaram R\$ 950.000,00, além de vistorias realizadas em municípios para inspeção de lixões e em hospitais municipais para a fiscalização do descarte adequado de resíduos de saúde. Ela também destacou projetos importantes desenvolvidos durante o ano, como o Ecobarreiras e o Promares, entre outras ações diversas. No segmento sobre o que ainda está por vir, ela apresentou projetos e eventos programados para 2024. As principais metas para esse ano incluem o encerramento dos lixões em municípios e a implantação de aterros



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

sanitários no Estado do Maranhão. No tocante às ações futuras, ela mencionou o “Recicla Folia”, realizado durante o Carnaval, além de outros projetos em desenvolvimento, como o segundo ano do “Recicla, Siô”, “Recicla Natalino” e “Recicla Ano Novo”. Por fim, ressaltou que ainda há outras ações previstas, incluindo fiscalizações em farmácias para garantir o descarte correto de materiais, entre outros esforços planejados para assegurar uma gestão eficaz e sustentável dos resíduos no estado do Maranhão.

10. O Conselheiro **DANILO PORTELA CARVALHO**, SINFRA, questionou quais ações estavam sendo realizadas para o fim dos lixões, buscando um exemplo de ação concreta. Seu segundo questionamento foi sobre a destinação dos remédios contaminados e as ações da secretaria para recolher esses materiais e direcioná-los ao destino apropriado.
11. A Superintendente **LAIANA LINHARES** respondeu às questões propostas, explicando que, no caso dos lixões, estão sendo estabelecidas parcerias com o Ministério Público e com os municípios para viabilizar o fim dos lixões. Além disso, estudos estão sendo conduzidos para identificar locais adequados para a construção de aterros sanitários. Ela esclareceu que o trabalho será realizado por meio de regionalização, o que significa que nem todos os municípios terão seu próprio aterro sanitário, mas sim um sistema compartilhado entre várias localidades para otimizar recursos e assegurar uma gestão eficaz dos resíduos. A ideia é que essa abordagem colabore para a erradicação dos lixões, proporcionando uma solução mais sustentável para o descarte de resíduos.
12. Com a palavra a servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES**, da SGR/SEMA, explicou que, no que diz respeito aos materiais contaminados, existem empresas especializadas responsáveis pela coleta desses resíduos. Ela ressaltou que tanto o município quanto as farmácias têm a obrigação de contratar essas empresas para garantir a correta destinação dos resíduos contaminados. Essas empresas especializadas possuem as certificações e os recursos necessários para manusear, transportar e eliminar de maneira segura os resíduos, evitando riscos para a saúde pública e para o meio ambiente. Essa prática garante que os materiais contaminados sejam gerenciados de acordo com as normas ambientais e sanitárias vigentes.
13. O Conselheiro **DANILO PORTELA CARVALHO** questionou se já existem ações concretas nesse sentido e expressou preocupação em deixar essa iniciativa exclusivamente para o setor privado, especialmente para as farmácias, com a responsabilidade de buscar parceiros



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

especializados. Ele ainda ressaltou que, em municípios menores, pode ser difícil encontrar esses parceiros, o que poderia comprometer a gestão adequada dos resíduos contaminados.

14. A servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES**, da SGR/SEMA, ressaltou que é precisamente para atender a essa preocupação que a fiscalização se torna essencial. Ela explicou que a fiscalização serve para garantir que haverá visitas regulares aos municípios para verificar como está ocorrendo o descarte desses resíduos, se uma empresa especializada está sendo contratada para fazer essas coletas e qual é o destino final desses resíduos. Essas inspeções têm o objetivo de assegurar que os municípios, inclusive os de menor porte, estejam seguindo as diretrizes e normas estabelecidas para a gestão adequada dos resíduos contaminados.
15. A Superintendente **LAIANA LINHARES** ressaltou que os municípios também têm autonomia para realizar a fiscalização, especialmente quando se trata de resíduos que oferecem riscos à saúde e ao meio ambiente. Portanto, é obrigação dos municípios garantir que o descarte desses resíduos seja feito de forma correta e em conformidade com as regulamentações aplicáveis. Ao mesmo tempo, ela destacou que o Estado também será responsável pela fiscalização dos descartes, verificando se as operações estão sendo conduzidas de maneira adequada e segura. Dessa forma, existe uma estrutura de responsabilidade compartilhada entre municípios e Estado para assegurar que os resíduos que representam risco sejam gerenciados de forma apropriada.
16. O Conselheiro **DANILO PORTELA CARVALHO** concordou com a importância da fiscalização, mas explicou que sua preocupação era sobre o tipo de apoio oferecido aos empresários para que eles possam ter acesso a parceiros especializados em coleta de resíduos. Embora a fiscalização seja essencial, ressaltou que é igualmente importante fornecer suporte aos empresários, já que em alguns municípios do Maranhão pode ser bastante desafiador encontrar parceiros especializados para esse tipo de serviço. Sugeriu que, para abordar essa questão, seria útil implementar um projeto de capacitação ou instrução para ajudar os empresários a compreenderem como identificar e contratar empresas especializadas em coleta de resíduos de forma correta. Dessa maneira, os empresários teriam o suporte necessário para fazer parcerias adequadas, ao mesmo tempo em que a fiscalização garantiria que o processo fosse realizado de maneira apropriada.
17. A servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES** explicou que, por isso, um dos primeiros passos a serem realizados serão diálogos com essas empresas para ouvi-las e entendê-las. Além disso, complementou a fala da Superintendente Laiana sobre a questão do fim dos lixões,



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

explicando que o ideal seria implementar coletas seletivas e formalizar a atividade dos catadores. Com essa abordagem, é possível agregar valor aos resíduos, de modo que apenas dejetos e materiais não recicláveis acabem nos aterros sanitários. Ressaltou que, ao promover a coleta seletiva e criar condições para que os catadores trabalhem de maneira formalizada, torna-se possível reduzir significativamente o volume de resíduos que chega aos aterros. Isso não apenas diminui a pressão sobre o sistema de gestão de resíduos, mas também contribui para a geração de renda e oportunidades de trabalho para as comunidades envolvidas. Assim, o diálogo com empresas e a implementação de estratégias para fortalecer a cadeia de reciclagem e gestão de resíduos são considerados passos importantes para alcançar uma solução sustentável para a questão dos lixões.

18. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, ressaltou que a competência para lidar com a questão dos resíduos é municipal, e o papel do estado é oferecer suporte. Ele argumentou que o estado contribui com capacitações, estudos e avaliação da viabilidade econômica para que os municípios possam ter seus próprios aterros sanitários. No entanto, destacou que a responsabilidade inicial e principal para a gestão de resíduos reside nos municípios. Ao oferecer esse suporte, o estado busca fornecer orientações técnicas e apoio logístico para ajudar os municípios a cumprirem suas obrigações relacionadas ao manejo de resíduos. Isso pode incluir treinamentos, estudos de viabilidade, análises de custo-benefício e recomendações sobre melhores práticas. No entanto, o compromisso inicial de estabelecer sistemas adequados de gerenciamento de resíduos, incluindo a coleta seletiva, a reciclagem e a implantação de aterros sanitários, é dos municípios.
19. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES** questionou se já houve alguma tratativa no município de Cururupu e, se sim, quais foram os resultados dessas tratativas. Afirmou que o município enfrenta desafios significativos com o descarte irregular de resíduos e deseja saber se houve alguma ação para lidar com isso, a fim de buscar mecanismos para ajudar o município nessa questão. Ressaltou a importância de entender o impacto do descarte irregular nas praias, buscando saber como e por que esses resíduos acabam chegando ao mar. Também questionou quem está permitindo que isso aconteça e reconheceu o papel do estado e do governo federal nessa questão, mas enfatizou que é responsabilidade primária do município lidar com o descarte de resíduos. No entanto, como não vê ações concretas nesse sentido, procura maneiras de verificar o que realmente está sendo feito para resolver esse problema. Afirmou que, se houve



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

- uma tratativa no município de Cururupu, poderiam ser inclusos estudos ou iniciativas para abordar a questão do descarte irregular, especialmente em áreas sensíveis como praias e cursos de água. A avaliação pode envolver a identificação de fontes de poluição, a implementação de programas de coleta de resíduos e a fiscalização mais rigorosa para prevenir o descarte irregular.
20. A Superintendente **LAIANA LINHARES** explicou que, existe o consórcio Conguarás, criado especificamente para lidar com questões relacionadas ao descarte irregular de resíduos e ao impacto ambiental nas praias. Destacou que já houve conversas para tratar dessa questão e sugeriu que o Conselheiro tente reativar o Conguarás para uma maior efetivação de soluções para essas demandas. Também explicou que, para a questão das praias, o estado pode promover ações e palestras para alinhar um projeto de despoluição das praias. Essas ações podem envolver a conscientização da população local, a limpeza das áreas afetadas e a implementação de medidas para prevenir o descarte irregular. O estado também pode colaborar com os municípios para garantir a aplicação efetiva das leis e regulamentos relacionados ao meio ambiente, bem como oferecer suporte técnico para o desenvolvimento de projetos que visem a reduzir a poluição das praias.
21. O Conselheiro **CLEYTON OLIVEIRA PIMENTA** questionou o que aconteceria se o próprio município fosse responsável pelo descarte irregular de resíduos hospitalares nesses lixões. Alegou possuir provas em vídeo de que essa prática estava sendo realizada pelo município de Maracaçumé. Diante disso, indagou qual órgão seria responsável por punir o município em questão.
22. A Superintendente **LAIANA LINHARES** explicou que, nesse caso, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) teria jurisdição para intervir. Sugeriu que o Conselheiro fizesse uma denúncia na ouvidoria para que uma investigação pudesse ser iniciada, com as devidas vistorias e análises apropriadas. Se o erro fosse comprovado, a SEMA autuaria o município e exigiria que realizasse o tratamento adequado desses resíduos.
23. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, alegou que atualmente todos os órgãos estão atuando com vigor nessa questão, incluindo o próprio Ministério Público, que está se dedicando a essa causa. Além disso, afirmou que os municípios estão, aos poucos, procurando a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) para se regularizarem e buscar a maneira correta de tratar esses resíduos.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

24. A Superintendente **LAIANA LINHARES** afirmou que todos os municípios têm consciência de que as medidas corretas precisam ser adotadas e que, aos poucos, estão conseguindo se adequar. Também destacou que as punições apropriadas para aqueles que descumprem as regras estão sendo aplicadas, conforme detalhado no relatório.
25. Com a palavra a servidora **SCARLETH KAROLYNE VIEIRA LEITÃO, SUPERINTENDE DE RECURSOS FLORESTAIS**, complementou o discurso da servidora Laiana Linhares, argumentando que as autuações têm um papel garantidor, pois servem como incentivo para evitar condutas irregulares e para incentivar que as partes envolvidas se adequem à legislação.
26. O Conselheiro **LUIZ HENRIQUE FONTENELLE GRAÇA** afirmou que a solução para esse problema passa pela estruturação de todo o sistema no Maranhão. Destacou que qualquer esforço para combater os lixões contribuirá significativamente para a sua eliminação, mas ressaltou que os resíduos de maior valor agregado, como metais ferrosos e não ferrosos, são coletados por cooperativas, que por vezes não possuem licenciamento adequado, vendendo para empresas licenciadas e criando uma logística reversa. Por isso, enfatizou a necessidade de que essas cooperativas estejam preparadas para receber os resíduos e que estejam alinhadas com as empresas licenciadas pelos órgãos estaduais. Também sugeriu que, ao consolidar consórcios, seria possível criar centros de logística reversa para geração de receita. Salientou a necessidade de incentivar o uso de autoclaves e incineradores, já que atualmente existem muito poucos, para melhorar o tratamento dos resíduos.
27. O Conselheiro **FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA** destacou a importância de avanços na questão dos resíduos, afirmando que é fundamental estudar essa política, pois se trata de uma questão de saúde pública. Ressaltou que essa é uma política cara e que, embora estejam ocorrendo progressos, são necessários avanços ainda maiores. Sugeriu que, se possível, fossem realizados seminários e fóruns estratégicos com os comitês de bacias hidrográficas, locais onde se encontram muitas pessoas dedicadas à causa, e enfatizou que o poder público precisa estar presente nesses comitês para impulsionar essa política. Concluindo, alertou que menos de 50% dos municípios possuem planos para seus resíduos sólidos e saneamento básico, e que, mesmo entre esses municípios, nem todos estão efetivamente implementando os planos.
28. A Superintendente **LAIANA LINHARES** lembrou que participou de uma reunião com a Universidade Estadual do Maranhão, onde discutiram amplamente essas questões e aproveitou a oportunidade para colher informações valiosas. Afirmou que aguardaria para repassar ao



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

secretário as ações necessárias para dar continuidade às devidas tratativas. No entanto, mencionou seu desejo de incluir a universidade no sistema de coleta seletiva, enfatizando que uma parceria inicial já havia sido estabelecida.

29. O Conselheiro **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** questionou se alguém poderia fornecer informações sobre quais empresas operam no reconhecimento de resíduos nos municípios de Junco do Maranhão, Amapá e Maracaçumé.
30. A Superintendente **LAIANA LINHARES** respondeu que, no momento, não possui essa informação para fornecer.
31. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, alegou que essa pergunta é, ao mesmo tempo, difícil e fácil de responder, pois, embora haja poucas empresas que atuem nesse ramo, não há informações específicas sobre a atuação delas em determinados municípios.
32. A servidora **JULIENNY CIBELLE DE M. CHAVES** mencionou que, devido ao fato de existirem poucas empresas especializadas, ocorre o princípio da oferta e demanda, em que os municípios que buscam por serviços específicos já se dirigem a empresas pré-determinadas, pois estas já estão consolidadas nesse setor.
33. O Conselheiro **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA** alegou que, em diversos municípios, as empresas são contratadas sem licitação, sendo que os proprietários dessas empresas frequentemente possuem vínculos próximos com os contratantes. Situações como essas acabam prejudicando o devido descarte especializado.
34. A Superintendente **LAIANA LINHARES** alegou que, infelizmente, é uma situação que eles encontram com frequência, mas que o Estado está trabalhando para garantir que tudo ocorra de maneira eficaz e legal.
35. O Conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA** relatou que sente falta da presença de representantes na reunião e que tem observado que, apesar das discussões, as coisas parecem não progredir. Ele expressou que isso é lamentável e afirmou que é necessário que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) forneça as devidas oportunidades. Ele também lembrou o exemplo da última reunião, na qual foi solicitado que os Conselheiros trouxessem projetos para os comitês de bacias. Alegou que há recursos disponíveis para avançar, mas que é necessário utilizá-los de forma eficaz. Ele argumentou que os projetos vão chegar e que, apesar de o ano estar apenas começando, as ações ainda são poucas e não houve uma integração mais



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

significativa entre os Conselheiros, o que tem reduzido a motivação deles. Ele questionou como estão as contribuições dessas pessoas e esperava que a SEMA respondesse se as entidades que fazem parte dos conselhos podem apresentar projetos, pois há reclamações de que empresas e entidades que submeteram projetos não foram contempladas por fazerem parte dos conselhos. Ele observou que vários companheiros não têm mais o mesmo entusiasmo para participar das reuniões e ressaltou que é preciso reestruturar o processo, fornecer melhores condições, caso contrário, não se alcançará nenhum progresso. Ele destacou que a questão dos resíduos sólidos é de suma importância e concluiu dizendo que espera que se deem oportunidades para os projetos que estão por vir e que, assim, se consiga avançar ainda mais.

36. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, iniciou sua fala discordando do Conselheiro Renaldo, afirma que houve avanços em várias pautas, especialmente na questão dos resíduos sólidos. Mencionou a servidora Laiana Linhares, que trabalha arduamente para estancar problemas, embora concorde que ainda não se tem os recursos ideais. Ressaltou que estão fazendo mais do que é possível nas circunstâncias atuais. Ao responder à questão levantada sobre a apresentação de projetos, alegou que não há impedimentos para que membros apresentem projetos e que, se forem bons, serão aprovados. Destacou a necessidade da apresentação desses projetos para promover o progresso nas pautas.
37. A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, agradeceu as contribuições e passou a palavra para a Servidora Scarleth Leitão, para apresentar o relatório da Superintendência de Recursos Florestais referente ao ano de 2023.
38. Com a palavra **SCARLETH KAROLYNE VIEIRA LEITÃO**, SUPERINTENDE DE RECURSOS FLORESTAIS, começou agradecendo pela oportunidade e iniciou o relatório expondo as ações, dando destaque para a primeira, que foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Estado do Maranhão (PPCDQ/MA). Explicou que esta iniciativa é parte da Política Nacional de Mudanças Climáticas e ressaltou que é um plano de extrema importância para o Maranhão, pois aborda a questão do desmatamento e das queimadas no estado. Listou os quatro eixos em que o plano se baseia: regularização e ordenamento fundiário; monitoramento e controle; fomento de atividades sustentáveis; e governança, gestão da informação e transparência. Em sequência, mencionou a ação de monitoramento do uso alternativo do solo e explicou como ela contribui para o controle do desmatamento A próxima ação listada foi a Maranhão sem Queimadas, voltada para o controle e



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

prevenção das queimadas. Essa ação estratégica vem sendo desenvolvida desde 2020. Destacou os municípios onde essa ação está em andamento, incluindo Mirador, Balsas, Grajaú, Barra do Corda, entre outros. Em seguida, apresentou uma tabela com a quantidade de equipamentos doados desde 2020 até 2023 e a quantidade de municípios beneficiados por essa iniciativa. Depois disso, discutiu a próxima ação, que é o licenciamento ambiental para atividades agrossilvipastoris. Essa ação trata da regularização de áreas para atividades agrossilvipastoris ou para a emissão de licenças para novos empreendimentos nesse setor. Forneceu dados sobre o número de licenças ambientais emitidas e o valor arrecadado em 2023, sendo esses dados: a emissão de 1.756 licenças ambientais; o mês de agosto sendo o mês de maior número de licenças, com 376; o aumento de 127% no número de licenças emitidas de 2022 para 2023 e a arrecadação total para 2023 foi de R\$ 8.603.064,93. Continuou sua apresentação com o tópico de áreas de queimadas controladas autorizadas, apresentou os dados em relação as queimas controladas, onde no ano de 2023 foram concedidas 41 autorizações de queimas controladas, continuou falando que no ano de 2023 tiveram instituições e atualizações de bases legais, onde a portaria SEMA N° 13/2013 passou para a portaria SEMA N°380/2023; se instituiu o programa de regularização ambiental através do decreto N° 38.566/2023 e se instituiu também a portaria 277/2023, continuou expondo os dados da ação de cadastramento ambiental rural, onde no estado do Maranhão foram analisados 679 cadastros ambientais rurais e 1139 produtos cartográficos foram gerados. Mencionou outros projetos e programas como o programa de regularização ambiental, comentou também sobre as ações que são vinculadas a superintendência de recursos florestais como a ação de documento de origem florestal (DOF), entre os produtos dessas ações comentou sobre a homologação de pátio; a reativação de pátio; monitoramento de carvoejamento temporário e monitoramento de pátios homologados/reactivados, os dados dessa ação foram: 224 pátios cadastrados/homologados; 156 cadastros de reposição florestal crédito e 310 cadastros de reposição florestal débito. Mencionou que, na superintendência foi feito um banco de dados com os levantamentos feitos no decorrer das ações, onde os dados levantados são os das áreas licenciadas; das autorizações para supressão de vegetação; das autorizações dadas para as queimas controladas; dos planos de manejos florestais sustentáveis; das áreas autorizadas para carvoejamento temporário e pátios homologados/ reativados, comentou que no ano de 2023 foi elaborado um grande projeto, intitulado Floresta Viva Maranhão, que foi um projeto relacionado a regularização ambiental de propriedades e posses rurais, que é voltado para apresentar as



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

vantagens de manter a floresta de pé e ensinar a combater os desmatamentos, as queimadas e incêndios florestais, fortalecendo assim, o desenvolvimento sustentável e inclusivo, continuou sua explicação citando os eixos do programa e ressaltando as suas importâncias, prosseguiu falando das ações de capacitações, que são destinadas a todos os públicos, que tem como finalidade conscientizar o público em geral sobre questões de preservação do Meio Ambiente, por fim, agradeceu a todos e finalizou a sua apresentação.

39. Passando para a próxima apresentação, sobre as ações da superintendência de Licenciamento, com a palavra o servidor **PEDRO FERNANDES**, ANALISTA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, que começou a sua fala cumprimentando a todos, e expondo o relatório produzido pela sua superintendência, iniciou explicando que o licenciamento busca dar andamento para os projetos, e que os resultados são através dos produtos gerados. Expos a tabela de resultados de licenças expedidas pela superintendência em 2023, que foram ao total 2.313 mil licenças, o segundo ponto exposto foi o das legislações elaboradas pela superintendência ambiental em 2023, outro dado apresentado foi o da participação em feiras agropecuárias. Ressaltou também que foram realizadas capacitações dos municípios que possuem termos de capacidade e técnica, finalizou sua apresentação agradecendo a todos pela atenção.
40. Passando para a próxima apresentação, sobre as ações da superintendência de Fiscalização, com a palavra o servidor **OLÍMPIO MALHEIROS**, SUPERINDENDENTE DE FISCALIZAÇÃO, que começou cumprimentando todos os presentes. Iniciou sua apresentação com a exposição dos resultados obtidos na sua superintendência, sendo eles: vistoriais para apurações de infrações ambientais; acompanhamento de denúncias, 55 vitorias feitas e 200 municípios atendidos, detalhou e explicou cada um dos pontos citados e finalizou agradecendo a todos pela atenção.
41. Finalizadas as apresentações, a SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, agradeceu aos servidores pelas apresentações e abriu as inscrições para questionamentos. Passou então a palavra aos Conselheiros.
42. Com a palavra o Conselheiro **JAIME SIQUEIRA**, que começou parabenizando a todos pelas apresentações e informou que há uma proposta para um mosaico de áreas protegidas no Parque do Mirador e terras indígenas, que já foi apresentada por meio de propostas formais. Ele afirmou ter submetido essa proposta ao ICM-BIM em Brasília e também estar apresentando a proposta em nível federal. Além disso, disse que dialoga com as propostas do plano de manejo do Mirador. Solicitou então esclarecimento em relação às autorizações para supressões ambientais,



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

mencionando que já faz cerca de seis meses que a associação indígena Wyty-Cati vem solicitando informações sobre supressões vegetais, sem sucesso. Ele relatou que chegou a buscar informações no Ministério Público para obter acesso a esses dados e questionou se a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) está ciente dessas questões e se irá disponibilizar essas informações. Ele também tinha uma pergunta sobre este assunto, indagando se, ao emitir uma autorização para supressão ambiental, a SEMA faz uma análise mais integrada das diferentes autorizações em várias regiões. Ele também questionou sobre o grupo de trabalho de combate e se já existe um plano operacional para que ele funcione efetivamente. Por fim, ele perguntou sobre o processo de licenciamento simplificado, que consta no site da SEMA, buscando mais informações sobre esses temas.

43. Com a palavra o Conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA**, dirigiu sua pergunta a Superintendente SCARLETH KAROLYNE VIEIRA LEITÃO, buscando saber quais incentivos a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e o Estado do Maranhão estão promovendo para encorajar o reflorestamento de áreas degradadas. Ele destacou que não percebe esses incentivos de maneira clara e questionou como as entidades e ONGs envolvidas poderiam ser integradas nesse processo, trazendo em evidência os comitês de bacias hidrográficas, pois ele acredita que esses comitês deveriam ser mais utilizados. Afirmou que não vê o suporte necessário do Estado para cumprir essas atividades e sugeriu que os comitês de bacias e as ONGs sejam mais engajados no processo. Embora compreenda que os recursos são limitados, enfatizou que o trabalho precisa ser feito. Também compartilhou sua preocupação de que, na situação atual, não é possível ter um impacto real no meio ambiente, sugerindo que uma mudança é necessária para reverter esse cenário.
44. Com a palavra o Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES**, perguntou a Superintendente SCARLETH KAROLYNE VIEIRA LEITÃO sobre a questão florestal, sugerindo que é necessário fazer algo para combater a alarmante situação dos cerrados maranhenses. Perguntou se há sugestões para como o desenvolvimento econômico do estado pode ser avançado, enfatizando a necessidade de um sistema de preservação dos biomas dos cerrados. A sua proposta é a criação de uma área de proteção ambiental para garantir a preservação para o futuro. Se ofereceu para discutir planos para a criação de projetos que visem proteger os cerrados da região. Também questionou quais prerrogativas as empresas estão tendo no processo de licenciamento e se essas prerrogativas estão sendo retiradas caso as empresas não



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

cumpram as regras. Ele ressaltou que chamou sua atenção o programa "Floresta Viva", que achou muito relevante e interessante. Ele reconheceu que avanços estão ocorrendo, mas destacou que ainda há muito a ser melhorado. Sugeriu então a criação de um projeto de limpeza de praias e perguntou sobre o andamento do projeto "1 Milhão de Árvores". Para concluir, agradeceu e parabenizou pelas apresentações realizadas.

45. Com a palavra o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, que começou respondendo aos questionamentos feitos pelo Conselheiro Jaime, dizendo que não estava ciente da solicitação para a SEMA. Explicou que todas as autorizações de supressão e licenciamentos emitidos pela secretaria são públicas e acessíveis, podendo ser solicitadas por qualquer interessado. Ele ressaltou que todas as licenças são publicadas em diários oficiais, portanto, não há motivos para negar a solicitação. Prometeu buscar uma resposta para o motivo pelo qual essa situação ocorreu e pediu para que seja dada uma devolutiva o mais rápido possível. Ao responder sobre a questão da análise conjunta dos licenciamentos, ele afirmou que a SEMA segue todas as normas legais e requisitos, garantindo que nada é feito em desacordo com a legislação. Quanto ao programa "Simplifica", ele sugeriu que o assunto fosse adicionado à pauta da próxima reunião, pois envolve diversos setores e medidas. Ele adiantou que o programa consiste em uma série de ações e medidas para melhorar os serviços e condições ambientais. Em seguida, respondeu às perguntas feitas pelos Conselheiros Reinaldo e Ronald. Observou que as perguntas foram, de certo modo, semelhantes, e fez referência a um programa que a servidora Scarleth Leitão havia mencionado brevemente. No entanto, ele esclareceu que o lançamento do programa ainda estava por acontecer, provavelmente no mês de maio, em São Bento. Ele também mencionou que a servidora Scarleth Leitão poderia explicar melhor o programa "Floresta Viva", que terá uma contrapartida econômica para aqueles que atingirem as metas estabelecidas por ele.
46. Com a palavra a servidora **SCARLETH KAROLYNE VIEIRA LEITÃO**, ao responder aos Conselheiros, começou explicando que o projeto "Floresta Viva" possui diversos eixos, sendo um deles voltado especificamente para o reflorestamento. Explicou que o objetivo é fomentar a recuperação de áreas degradadas, considerando que o Maranhão tem um alto percentual de desmatamento nos cerrados, o que representa um grande desafio. Enfatizou a necessidade de ações para recuperar áreas degradadas, controlar o desmatamento e as queimadas, e destacou que para isso é fundamental implementar ações de educação ambiental para empreendedores, para que compreendam a importância de manter as florestas em pé e restaurar as áreas degradadas.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Ela mencionou que está sendo desenvolvida uma metodologia de recuperação para áreas degradadas e alteradas, com uma portaria atualizada para esse propósito, e que pretendem destinar uma equipe específica para lidar com essa temática. Também ressaltou a viagem realizada ao Pará para estudar o contexto e as estratégias que eles utilizam no combate a esse problema. Em relação ao projeto "Floresta Viva", ela destacou que já existe uma comunidade selecionada e que é necessário o apoio de todos para comunicar às comunidades e levar o projeto adiante. Mencionou ações que estão sendo desenvolvidas no projeto e explicou como serão conduzidas. Finalizou agradecendo a sugestão do Conselheiro Ronald sobre a criação de uma unidade de conservação nos cerrados, acrescentando que é essencial que existam mais ações de conservação ambiental. Deixou o espaço aberto para que projetos com essa temática possam ser apresentados à Superintendência, se houver disponibilidade.

47. Com a palavra o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, que complementou a resposta ao Conselheiro Jaime sobre o plano de trabalho do GT para combater o desmatamento, explicando que o secretário Pedro Chagas ainda está em viagem e por isso não pode fornecer mais detalhes. No entanto, as informações preliminares que ele recebeu indicam que até o momento houve apenas um alerta sobre áreas desmatadas e documentadas pelo GT, mas ainda não há informações concretas sobre as ações que serão tomadas ou quais incentivos o estado planeja oferecer para lidar com o desmatamento. Ele reforçou o destaque ao projeto "Floresta Viva", que será um importante projeto de recuperação ambiental, mencionando que uma das suas ações é o plantio de mil árvores. Também explicou as ações que já estão programadas dentro desse projeto e indicou que com isso a questão levantada pelo Conselheiro Jaime estava respondida.
48. Com a palavra o Conselheiro **FRANCISCO CHAGAS**, que iniciou sua fala dirigindo-se à Superintendente Scarleth Leitão sobre a questão das brigadas de incêndio. Perguntou se os 27 municípios listados como atendidos já têm suas brigadas instaladas e qual é a estratégia para incentivar a criação de novas brigadas nos municípios do Maranhão. Ressaltou a importância dessa questão, destacando a necessidade de uma articulação direta com os municípios e com os secretários municipais para garantir a eficácia das brigadas.
49. Com a palavra o Conselheiro **CASSIANO BASTOS**, que cumprimentou e parabenizou a todos da mesa, começando por mencionar que uma de suas demandas já havia sido atendida pelo vice-presidente. Ele então se dirigiu ao Conselheiro Jaime, explicando que quando busca informações,



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

ele geralmente recorre ao SIGEP, e que sempre é bem atendido. Sugeriu ao Conselheiro Jaime que considere usar esse meio de comunicação para obter informações. Em relação ao tipo de estudo ambiental em determinadas regiões, ele, como consultor técnico, afirmou que esses estudos estão sendo realizados para identificar os impactos ambientais e quais regiões precisam de mais atenção. Ele parabenizou a todos pelos projetos apresentados e se colocou à disposição para ajudar no que for necessário.

50. Com a palavra o Conselheiro **VITOR HUGO**, que começou sua fala parabenizando todos da mesa e expressou pesar pelo falecimento do Conselheiro Antônio Sorriso, um membro do CONSEMA que dedicou sua vida à causa ambiental. Ele continuou relatando que também fez algumas solicitações relacionadas à supressão de vegetação, mas, assim como o Conselheiro Jaime, não obteve resposta. Em especial, destacou uma solicitação feita no final do ano passado sobre uma articulação chamada “Araticum”, mencionando que entrou em contato com a SEMA por diversos canais, apresentando a articulação Araticum, que conta com mais de 200 membros. A ideia apresentada era criar um grupo de trabalho (GT) para políticas públicas com a presença das secretarias de meio ambiente e do estado. Ele também mencionou que estava sendo articulado com os governos estaduais o apoio à visita de técnicos estaduais à Brasília, mas que o Maranhão foi o único estado que não enviou representantes, apesar de ter o maior índice de desmatamento entre os estados do Cerrado. Ele afirmou não saber o motivo disso, pois as solicitações foram feitas por vários meios, e ressaltou que a Araticum ainda existe e está aberta para a participação do Maranhão. Ele se colocou à disposição para promover a integração e pediu um canal para que essa comunicação seja mais direta, com o objetivo de impulsionar o Maranhão em diversas questões futuras. Também solicitou que o CONSEMA seja envolvido nas atividades apresentadas. Por fim, pediu uma previsão dos próximos passos do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ), agradeceu a todos e encerrou sua fala.

51. Com a palavra o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, começou sua fala dizendo que ficou profundamente triste por não ter participado do evento e ressaltou que está totalmente interessado em integrar o Araticum, indicando que provavelmente houve uma falha de comunicação. Para corrigir isso, ele propôs como pontos focais ele mesmo, a secretária executiva Lennise Portela, e o grupo de WhatsApp. Ele afirmou que a SEMA está de portas abertas e disponível para reuniões para debater esses temas e integrar as demandas relacionadas ao Araticum. Ressaltou que toda ajuda será bem-vinda e que todos os Conselheiros



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

que buscarem alguma informação ou quiserem discutir algo podem se sentir à vontade para enviar mensagens para ele e para o secretário. Concluiu dizendo que essa falha de comunicação será corrigida.

52. Com a palavra a conselheira **LUZENICE MACEDO MARTINS**, pontuou que tal ponto discutido é especialmente importante porque o sistema é subfinanciado e há sempre a necessidade de buscar novas fontes de recursos. Destacou que a governança também é um recurso valioso e exemplificou seu ponto com uma série de exemplos para mostrar como a governança eficaz pode contribuir para a otimização do uso dos recursos disponíveis.
53. O Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, agradeceu muito pelo ponto levantado e destacou que já estão sendo fomentados projetos nesse sentido, utilizando programas já desenvolvidos para captar novos recursos. Além disso, solicitou que fosse feito um convite formal para alinhar uma possível data para uma reunião entre a SEMA e a Assembleia Legislativa, com o objetivo de discutir esses projetos e alinhar estratégias para a captação de recursos.
54. Com a palavra a servidora **SCARLETH KAROLYNE VIEIRA LEITÃO**, respondeu ao questionamento sobre as estratégias para estimular o aumento das brigadas nos municípios, afirmou que, no ano de 2024, já se obteve uma adesão maior em comparação ao ano de 2023. Para fins numéricos, informou que foram registradas 64 inscrições de municípios no programa "Maranhão Sem Queimadas". No que diz respeito à atuação das brigadas indígenas, foi mencionado que existe uma parceria com o IBAMA por meio do Prev-Fogo, que está em vigor desde 2020.
55. Findadas as manifestações, a Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, colocou para aprovação o relatório anual de receitas e repasses de 2023 do FEMA, apresentado pela gestora do fundo Camilla Viegas. Relatório APROVADO por unanimidade.
56. Com a palavra o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, prosseguiu para a próxima pauta, sendo ela, a solicitação de indicação de 02 (dois) representantes (um titular e um suplente) para a composição do Fórum Maranhense de Mudanças do Clima.
57. Com a palavra a Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, sugeriu que os membros previamente escolhidos, sendo eles Raimundo Nonato Moraes Andrade, do Movimento Arariba, e Raket Dourado de Oliveira Murad, da Suzano S.A.,



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

continuassem ocupando os postos, considerando que não tiveram oportunidades de participar das reuniões. A proposta foi colocada em votação, e a permanência dos dois foi aprovada por unanimidade.

58. Com a palavra a servidora **SCARLETH KAROLYNE VIEIRA LEITÃO**, SEMA, que respondeu ao Conselheiro Vitor Hugo que recebeu algumas devolutivas sobre o PPCDQ e que foi concedido um prazo adicional de mais 15 dias para analisar e considerar todas as informações.
59. Com a palavra o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, que passou para a pauta de assuntos de interesse geral e perguntou se alguém tinha algo a manifestar.
60. O Conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA** ratificou a informação de que o Cerrado Maranhense é o berço dos recursos hídricos do nosso estado e listou os rios que nascem no Cerrado.
61. O Conselheiro **FRANCISCO CHAGAS** informou que nos dias 26, 28 e 29 de maio ocorrerá, em João Pessoa, o Fórum Nordestino de Comitês de Bacias Hidrográficas e convidou o CONSEMA e todos os interessados a participarem. Ele ressaltou a importância da presença do CONSEMA no evento, considerando a variedade de temas que serão abordados.
62. A Secretária Executiva do CONSEMA, **LENNISE MARIA PASSOS PORTELA**, informou que haverá uma reunião extraordinária no início do mês seguinte e que, assim que a data for confirmada, ela será comunicada no grupo. Encerrou agradecendo a todos pela participação.
63. O Conselheiro **RONALD HENRIQUE GOMES CHAVES** solicitou ao presidente que indicasse um representante para integrar o Conselho Estadual das Cidades. Também pediu a todos que fiquem atentos às convocações e reuniões em seus municípios, pois serão de extrema importância.
64. O Conselheiro **REINALDO PEREIRA DA SILVA** relatou que no dia 25 de abril eles se reunirão no Comitê de Bacia do Rio Mearim, no município de Joselândia.
65. Com a palavra o Vice-Presidente do CONSEMA, **ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO**, que finalizou a reunião saudando a todos e reforçando que tanto a SEMA quanto eles estarão sempre disponíveis para todas as demandas que possam surgir.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – SEMA
CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MARANHÃO

Eu, Maria Antonia Oliveira Chaves, copieei a presente Ata que foi lavrada e assinada pelo Vice-Presidente do CONSEMA, ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO, que exerceu a função de presidente na reunião.

São Luís, 12 de abril de 2024.

ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO

Vice-Presidente do CONSEMA

LENNISE MARIA PASSOS PORTELA

Secretária Executiva do CONSEMA



Documento assinado eletronicamente em 14/05/2024, às 17:33.
Assinado por: LENNISE MARIA PASSOS PORTELA - Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS
Código Verificador: 39408869, Código CRC: NVEDO4MZ
Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.



Documento assinado eletronicamente em 14/05/2024, às 18:06.
Assinado por: ARTHUR BARROS FONSECA RIBEIRO - Cargo: SECRETÁRIO (A) ADJUNTO (A) DE DE LICENCIAMENTO
Código Verificador: 39408869, Código CRC: NVEDO4MZ
Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.